

Conferência de Dany-Robert Dufour*

“O divino mercado”

Em 08/08/2009,

um evento promovido pelo CPRJ.

Sinto-me honrado com o convite do *Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro* para apresentar meus trabalhos. Agradeço a esta já respeitada instituição, ao comemorar este ano seus quarenta anos de existência – o que muito me alegra, visto que ela apresenta, a meu ver, duas grandes qualidades: demonstra grande preocupação em situar o inconsciente na cultura e no social e admite, desde sua criação, o *duplo pertencimento*, o que, evidentemente, só liberta o pensamento. Obrigado a Carmen Da Poian pela total confiabilidade e eficácia na organização do presente encontro. Sou grato a Jurandir e a Romildo, cujos discursos merecem a mais alta consideração, por se disporem ao debate comigo. E obrigado a vocês, tão numerosos e egressos das mais diversas esferas (Psicanálise, Sociologia, Filosofia, Economia, etc.). É óbvio que tal diversidade poderia constituir um obstáculo, considerando-se que cada grupo, cada especialista, prefere em geral manter o próprio jargão. Aposto, no entanto, que, no lugar de obstáculo, essa diversidade pode ser uma oportunidade para o desenvolvimento de um discurso que, mantendo o rigor, possa ultrapassar os pontos de vista particulares. Seria esta, portanto, a verdadeira aposta do livro *O divino mercado*. Assim, inseri no início do texto uma pequena fábula de origem indiana, recontada ao meu jeito, para que ela transmita algo sobre esse desafio. Permitam-me lembrar-lhes a fábula.

* Tradução de *Helena Maria Andrade do Nascimento*, junho de 2010.

Certa vez, num vilarejo, havia sete cegos e um guia que os acompanhava. Um dia, todos escutaram um forte estrondo. Os cegos insistiram para que o guia os ajudasse a sair e a se aproximar... da coisa. O primeiro tocou numa presa do elefante e disse: - “Cuidado, é uma arma de guerra, um sabre!”. O segundo tocou no rabo, dizendo: - “Não, é um objeto útil para o trabalho, uma corda!”. O terceiro tocou numa orelha e afirmou: - “Acalmem-se, amigos, é apenas um abanador!”. - “Ah, não!”, disse o quarto que fora de encontro ao flanco do elefante, - “Estão nos cercando, é uma parede!”. - “Todos estão enganados”, afirmou o quinto, que acabara de tocar na tromba: - “É uma cobra enorme e se enroscou no meu braço!”. O sexto, que tocara numa das patas, caiu na risada: - “Ora, é uma árvore! Sinto o tronco e posso abraçá-lo!”. - “De jeito nenhum!”, entusiasmou-se o sétimo, - “Trata-se de terra boa, quente e úmida!” Acabara de cair numa das imensas bostas do elefante.

Estancaram, então, atônitos, indagando ao guia. - “Será que enlouquecemos?” Entretanto, este não lhes deu resposta... Era mudo, o coitado.

Pois bem, creio que as ciências do homem encontram-se hoje na situação desses cegos. Frente à mutação antropológica que ora se produz, afetando profundamente o ser-em-si e o ser-em-conjunto, cada uma delas propõe seu douto veredicto em separado, esquecendo-se simplesmente do mais importante: nomear o todo, dizer com o que realmente lidamos. Na verdade, os cegos sábios têm nome: chamam-se “historiador”, “gramático”, “economista”, “psicanalista”, “sociólogo”, “teórico da arte”, “cientista político”... - tenho cá minhas idéias quanto àquele que chafurda na “merda” do elefante, mas isso fica por conta da imaginação de cada um.

Digamos que o economista abra o jogo, dizendo: o que estamos vivendo é consequência de uma mudança decisiva no modo de regulamentação do capitalismo. O historiador responde: estamos frente a uma modificação significativa na relação com a religião. O gramático acrescenta: observamos novos usos linguísticos na população. O sociólogo atalha: constatamos que as instituições clássicas, a família e a escola, não socializam mais. O cientista político observa: nosso modo de fazer política está se modificando radicalmente. O teórico da arte replica: a arte contemporânea se perde cada vez mais em futilidades egóticas diversas. E o psicanalista conclui: uma nova economia psíquica está se constituindo.

Todos, com certeza, têm razão e suas obras são indispensáveis. Mas, ainda assim, estão errados por perderem o essencial. Teria sido necessário que o historiador aceitasse admitir que aquilo que descreve se correlaciona com as mudanças da economia de mercado. Que o psicanalista consentisse em imaginar

que a escuta que provém do divã deve ser relacionada com as modificações na Cidade. Que o economista aceitasse considerar que a desregulamentação liberal pode produzir efeitos no psiquismo e assim por diante. Daí, então, eles viessem, talvez, a identificar o elefante – que forma um todo necessariamente superior à soma de suas partes distintas. Em vez disso, eles o retalham em outras tantas partes passíveis de serem compreendidas por diferentes disciplinas, que ficaram incomensuráveis umas em relação às outras. Sendo assim, quanto maior o elefante, menos se pode vê-lo.

Sobra o guia, que teria sido o único a poder nomear o animal. Mas, afinal, ele é mudo. Portanto, ou nos resignamos aos doutos discursos, embora cacofônicos, dos sábios cegos; ou encontramos um meio de restituir a fala ao guia. Foi o que tentei fazer neste livro, mergulhando-o num banho filosófico revigorante. Na verdade, se fazemos filosofia, é exatamente para dispormos de outro lugar onde, com método, tudo possa ser discutido ao mesmo tempo, sem que os especialistas da história, do saber, do inconsciente, da religião, da educação, do direito, da arte, da língua ou do social tenham a percepção do objeto, para logo o fazer desaparecer, fatiando-o em muitos pedaços ou retalhando-o, em tantas partes quantas souberem analisar.

Trata-se, portanto, de uma operação de grande envergadura, provavelmente um tanto impensada, esta em que me lancei. Daí porque foram necessários três volumes para que eu começasse a enxergar com um pouco mais de clareza (*A arte de reduzir as cabeças*, *O divino mercado* e *La cité perverse* [A cidade perversa], a ser publicado na França em outubro). A fim de conduzir adequadamente tal operação, é preciso começar pela identificação correta do ponto de reversão, o ponto em que tudo pivota e se inverte, o momento catastrófico (no sentido matemático de René Thom). Venho trabalhando sobre esta questão já há alguns anos (especialmente no seminário do *Collège International de Philosophie*) e, sem reconstruir a história inteira, vou simplesmente formular, afinal, a minha premissa. *As mudanças que hoje observamos no ser-em-si e no ser-em-conjunto encontram sua origem numa inversão da metafísica ocidental, verificada no século XVIII, à época das Luzes, quando se constituiu o mundo moderno.*

Para que tenhamos uma noção dessa reviravolta, podemos partir do texto fundador do mais destacado Pai da Igreja, Santo Agostinho – “fundador”, no sentido de fundador de uma civilização. Poderíamos partir de *A cidade de Deus*, escrito no início da decadência do império romano, por volta de 400 d.C. Nesse texto, Agostinho afirmava (em XV, 28) que a Terra seria, até o fim do mundo, a praça de combate entre dois grandes reinos possíveis, fundamen-

tados sobre dois amores bem diferentes: o primeiro proveniente do “amor a Deus levado até ao desprezo por si mesmo” e o segundo, “o amor de si mesmo levado até ao desprezo por Deus”. E concluía, dizendo ser necessário que a Terra se pautasse pelas leis da Cidade de Deus. De outra forma, ela seria apenas a Cidade do diabo.

Reparem como isso soa forte: todo o amor de si é reprimido. O que provocará, então, a reação de J. J. Rousseau, ele próprio um agostiniano, ao frisar que é preciso distinguir o amor de si (necessário) e o amor-próprio (condenável por referenciar tudo em si mesmo). Penso ainda que isso poderia levar os psicanalistas a refletir, simplesmente porque eles também resgatam algo do amor de si, não todo ele, mas aquela parte que, depois de Freud (em 1914), chamamos de narcisismo, essencial à constituição subjetiva. Mas, não é essa a nossa discussão – nossa referência é Agostinho, que simplesmente condena o amor de si por completo.

O que é bastante interessante é que a solução agostiniana prevaleceu, em termos globais, por mais de mil anos. Seu foco é o amor a Deus e o amor aos seus representantes na Terra, o papa, o rei... Mais adiante, tal solução viu-se frente a uma primeira contestação. Primeiramente, por Maquiavel, no começo do séc. XVI. Na verdade, Maquiavel, em *O Príncipe*, foi um dos primeiros a conceber o advento de um mundo político humano, independente de qualquer referência, tanto para a cidade de Deus quanto para a virtude dos indivíduos.

Em seguida, e é aí que fica interessante, pelos próprios meios agostinianos do séc. XVII, primeiramente, pelos jansenistas (de submissão católica) e, mais tarde, por seus “primos-irmãos”, os calvinistas (de submissão protestante). O que leva à constatação da lei que determina a inevitabilidade do momento em que os filhos submetem o Pai à morte – neste caso, um dos mais relevantes Pais da Igreja.

Não disponho de tempo agora para reexaminar os principais momentos dessa reversão (um dos temas do novo livro). Segue-se, entretanto, o que devemos saber a respeito.

Sabe-se que a obsessão dos teólogos é a de nos salvar, de salvar os homens. E, por muito tempo, afirmaram existir um só caminho para salvá-los: a prática da virtude, do amor a Deus, do amor ao próximo (o *amor socialis* por oposição ao *amor privatus*). Surge, então, a questão da graça para os agostinianos. E, vejam, nem todos os homens alcançam a graça. Segundo os jesuítas, a graça pode ser, em última instância, comprada; junto aos jansenistas, não. Muito poucos a possuem. Portanto, se eu perguntasse agora à platéia aqui reunida: - “Ergam a mão os que pensam possuir a graça”, o que teríamos? (Ninguém le-

vanta a mão). Viram? Bem que eu falei. É justamente isso, foi o fato de muito poucos terem a graça que fez surgir uma pergunta: o que fazer com aqueles que não a possuem? Deus, em sua infinita bondade, poderia ter abandonado aqueles que não alcançam a graça? Sejam, pensando no mínimo, 95% da humanidade? Tal pergunta coloca os agostinianos numa direção pela qual seguirão até o final.

Eu enunciaria da seguinte forma: existe um plano A de Deus, a prática da santidade. Entretanto, existe, com certeza, um plano secreto de Deus para salvar os outros homens, os não virtuosos, para salvá-los a despeito deles mesmos. Um plano B. Se atribuo grande destaque a Bernard de Mandeville (1670-1733) neste livro, é porque é ele, calvinista, leitor de Pascal, de Pierre Nicole, de Pierre Bayle, que vai encontrar a resposta e será o primeiro a desvendar o conteúdo desse plano B, o plano secreto de Deus. De espírito jocosos, Mandeville apresentou o plano sob forma de fábula, escrita nos moldes das fábulas de La Fontaine e vendida por ambulantes, pelas apinhadas ruas de comércio de Londres, em 1704. Tal fábula produziu de pronto grande alvoroço e logo ficou conhecida como a *Fábula das abelhas*. Bernard de Mandeville era médico e o que o fez escrever tão bem as fábulas foi a condição de tradutor das fábulas de La Fontaine, na Inglaterra. Por outro lado, Mandeville era especialista em doenças nervosas e acabara de descobrir – descoberta esta extraordinária por se verificar dois séculos antes de Freud -, que era capaz de aliviar seus pacientes fazendo-os falar. Na *Fábula das abelhas*, ele vai mais longe, calculando os inestimáveis benefícios sociais possíveis a partir do momento em que se permite voltarem ao mundo indivíduos com paixões não mais bloqueadas e sim liberadas, ou seja, pessoas capazes de se entregar sem culpa a seus vícios particulares. Isso pode produzir... riqueza. Cito um exemplo. Considerem uma prostituta. É evidente que ela se entrega ao vício, porém não basta que o afirmemos. É preciso considerar que a prostituta procura agradar aos clientes. E que, para tal, ela deva usar vestidos bonitos, jóias bonitas. Portanto, terá que encomendar ao costureiro a confecção de belos trajes. E, é assim que o costureiro, antes pobre, pode ficar mais rico e mandar os filhos para a escola. E isto, graças a quem? À prostituta. Por sua vez, o costureiro encomendará belos pãos ao fornecedor de tecidos. Este, antes pobre, pode também ficar mais rico e mandar os filhos para a escola. E isto, graças a quem? Mais uma vez e sempre, à prostituta. O que bem confirma o adágio principal de Mandeville: “Os vícios privados fazem a virtude pública”.

A fábula, então, conta a história de uma colméia fervilhante de tanta atividade, na qual todos são mais ou menos ladrões e viciados. Resultado: a colméia

é próspera. Mas eis que os velhacos são obcecados por sua salvação e, sentindo-se culpados, decidem um dia tornarem-se honestos. Fecham, então, os prostíbulos, param de roubar uns aos outros, etc. Resultado: a colméia entra em decadência e acaba por se empobrecer de forma dramática: não há mais trabalho para os costureiros que confeccionavam os vestidos sedutores para as “moças de vida fácil”, nem trabalho para os advogados já que não há mais ladrões, nem despesas faustosas, uma vez que os comerciantes tornaram-se honestos.

É claro que, como toda fábula, esta encerra uma moral. E a moral desta, no caso, afirma que - e cito aqui o princípio completo - “os vícios privados geram o benefício público e a virtude condena uma grande cidade à pobreza e à indignância”. A tese central da obra é clara: as atitudes, os caracteres e os comportamentos considerados moralmente repreensíveis em termos individuais (tais como o amor próprio, o egoísmo, a ganância, o gosto pelo luxo, um estilo de vida dispendioso, a libertinagem, a enganação...) estão, para a coletividade, na origem da prosperidade geral e favorecem o desenvolvimento das artes e da ciência. Nasce a antropologia liberal, com sua moral – muito imoral – expressando-se pelo segundo corolário da Fábula: “*Tanto quanto possível sejam ávidos, egoístas e gastem em nome do prazer pessoal; assim, estarão fazendo o melhor possível pela prosperidade de sua nação e a felicidade de seus compatriotas*”, que pode ser condensado em “é preciso dar vazão aos egoísmos”.

Eis, portanto, o conteúdo do plano secreto de Deus para resgatar os homens, a despeito deles mesmos: basta que se entreguem aos seus vícios pessoais para que a virtude pública seja servida. Podemos compreender porque a Europa das Luzes, horrorizada com essa estranha “moral”, logo transformou o nome de seu autor, Mandeville, em *Man Devil*, homem do diabo.

Entretanto, é esta a “moral”, mais para perversa e com pitadas de sadismo, que hoje reina. Tornou-se, mesmo, o cerne de uma *nova religião liberal* que se atirou à conquista do mundo.

Para tal, foi preciso apresentá-la numa época menos licenciosa, do que se incumbiu Adam Smith, transformando o termo “vício” (muito pejorativo e muito licencioso) em “self love” (egoísmo) e “greed” (ambição). É assim que, paradoxalmente, o egoísmo se tornou a melhor via de acesso à virtude, ou seja, à riqueza das nações, esta mensurada em termos da riqueza dos banqueiros... A ideia diabólica de Bernard Mandeville será, então, retomada, desenvolvida e depurada de todo o seu diabolismo – alvejada, em suma – por Adam Smith em sua principal obra, *A riqueza das nações*, e a partir daí, por toda a economia liberal que se seguiu.

É possível perceber porque tenho respaldo para pensar que o mercado liberal não é uma invenção dos mercadores, mas sim dos teólogos. Em outras palavras, existem fundamentos metafísicos no capitalismo e são eles que o fortalecem.

Acontece que, durante dois séculos, tal princípio liberal egoísta fundamentado sobre a liberação das paixões-pulsões foi mais ou menos respeitado por um princípio regulador transcendental proveniente da outra corrente das Luzes, a corrente alemã com Kant e Hegel, principalmente. Corrente que pode se manifestar, por exemplo, mediante um intervencionismo político realizado pelo estado, ou seja, pelo poder público.

No entanto, o que é preciso saber é que esse princípio triunfou completamente por duas vezes, sendo a primeira na década de 1920. E sabe-se no que isso resultou. Resultou na crise de 1929, que teve como uma das causas a rejeição a toda e qualquer forma de intervencionismo do poder público (O presidente americano, na época, Calvin Coolidge, se elegera por duas vezes sob o slogan: “menos estado nos negócios e mais negócios nos estados”). E o outro momento em que o princípio triunfou, foi a partir da década de 1980, com a dupla infernal Reagan-Thatcher e... o que, *bis repetita*, levou à crise desastrosa que hoje conhecemos, e que repetiu certos aspectos da crise de 1929. Como sabem, pensava-se (segundo a tese de Marx) que uma crise dessa natureza deveria levar à queda do capitalismo. Nada disso aconteceu. Pelo contrário, a crise de 1929 foi a ocasião de um novo desenvolvimento para o capitalismo. Ela, enfim, favoreceu a passagem de um capitalismo de produção para um capitalismo de consumo. O que quer dizer que não foram apenas os industriais que deviam liberar suas pulsões de avidez, mas também os consumidores, aos quais o Mercado passou a oferecer todos os objetos possíveis e imagináveis, para satisfazer seus desejos.

É assim que esta nova religião se apoderou, então, um pouco mais do mundo. E, se afirmo aqui tratar-se de uma nova religião, é porque ela refuta a antiga religião – aquela antiga religião que reprimia as paixões. Trata-se de uma nova religião que promete, como toda e qualquer religião, que seremos salvos, pelo crescimento infinito da riqueza, contanto que possamos aceitar e incorporar novos mandamentos, fundamentados na liberação das paixões e não na sua repressão. Porquanto o liberalismo, antes de qualquer coisa, é a liberação das paixões. Aqui se encontra o princípio de base do liberalismo que repousa sobre o “*laissez-faire*”: deixai fluir vossas paixões e sereis salvos!

Podemos ver, então, como o capitalismo nos enganou: pela instalação de um programa aparentemente estimulante ao extremo, que consiste em deixar

fluir as paixões. E, se tiverem um certo olhar clínico, isso deveria lhes dizer alguma coisa, já que as paixões - o que era descrito como paixões nos séc.XVII e XVIII - são aquilo que, a partir de Freud, chamamos de pulsões. Lembro que, para Freud, a civilização só poderia se desenvolver mediante a realização de algumas renúncias pulsionais. *E eis que não é mais necessário reprimir as pulsões*. Este o motivo exato pelo qual a economia de mercado atinge a economia psíquica, visando modificá-la, transformá-la.

É isto exatamente o que o liberalismo propõe e, para os que compreendem a mensagem, não são os velhos - quer dizer, os velhos neurotizados como nós -, que estamos ainda presos à outra corrente das Luzes, o transcendentalismo que, diferentemente do liberalismo, impõe deveres ao sujeito, em especial aquele de dominar e de controlar suas paixões e pulsões, para dizer-lhe que não está só, que existe o próximo, com quem deve saber conviver - evoco aqui as famosas máximas kantianas, que por muito tempo dirigiram a educação da nova geração (lembro aqui a segunda: "Age de modo a tratar o outro como um fim e jamais como um meio para satisfazer os teus fins").

Percebam que, dizendo isto, começo a abordar uma questão séria, a dos efeitos da economia de mercado e do princípio egoísta que a antecede sobre as outras economias humanas. Já citei a economia psíquica e acrescento a economia semiótica, a economia política e a economia simbólica. E o que se descobre ao fazer tal trabalho é que todas as economias se acham articuladas entre si. Cito aqui alguns exemplos.

1. É evidente que certas mudanças essenciais na economia de mercado (como a desregulamentação) só podem infalivelmente causar efeitos substanciais na economia política (a obsolescência do governo e o aparecimento da governância). Não se sabe muito bem se o termo "governância" vem diretamente do *corporate governance*, ou seja, a tomada do poder dos acionistas na gestão do capital. O que corresponde à passagem do liberalismo ao ultraliberalismo. Anteriormente, lidávamos com um capitalismo industrial, envolvido com a formulação de acordos com a classe assalariada. Ou, é o terceiro componente, os acionistas, representantes do capitalismo financeiro, que assumiu o poder e que, em parte, afastou a classe assalariada da gestão dos negócios, a ponto de considerá-la como uma variável de ajuste que, por outro lado, comprou os dirigentes das grandes empresas industriais (com os meios que citei anteriormente) para que eles façam objeções não mais industriais, porém financeiras. A governância é o livre enfrentamento dos interesses privados sem instância reguladora. Quando se joga esse jogo, são sempre os interesses mais fortes que se fazem presentes. Daí porque é errado representar a governância

como um aprofundamento democrático. Em sua origem, a governância nada mais é, na verdade, do que a instalação de uma ditadura dos acionistas. Entretanto, foi daí que a governância foi estendida ao conjunto da forma política que cada vez mais cai em desuso, à medida que o governo é vigorosamente atacado em benefício de uma sociedade civil que deveria ser capaz de se auto-regular sozinha, ao passo que, também neste caso, a regulação se faz em benefício dos mais poderosos.

2. Essa mudança na economia política só pode, por sua vez, provocar mudanças na economia simbólica. Recordo aqui o desaparecimento da autoridade, daquilo que chamamos, a partir de Rousseau, não apenas do contrato social como também do pacto social, em terceiro lugar, depositário da Lei, e o surgimento de novas formas de laço social como os grupos, que denomino “egogregários”, que se caracterizam pela exibição conflituosa e muitas vezes espetacular de egoísmos à cata de satisfações consumistas. Fica fácil, então, captá-los ou capturá-los para agrupá-los em rebanhos, em rebanhos de consumidores levados, dessa forma, de objeto em objeto.

3. Tais mutações na cultura afetam nossas formas de falar ou, melhor dizendo, a economia semiótica (que se consolida pelo aparecimento de uma *novilíngua liberal* marcada por transformações da gramática e por alterações semânticas). Por exemplo, vejo pelos meus alunos que eles praticam cada vez mais o pensamento por associação e não mais o pensamento por demonstração. Não se trata mais do “est” [é]...e/s/t, mas sim do “et” [e], e/t, com enuncia-dos dizendo: “Há isto, e aquilo, e aquilo...”. O que é, assim, favorecido pelas tecnologias atuais mediante as quais se produzem textos à vontade, recortados e colados a partir da Internet. E acrescento, sem que jamais haja uma forma proposicional porque a forma proposicional, que procede dos marcadores lógicos, aparece como muito autoritária. Portanto, tais marcadores, os “então”, os “pois que”, os “porque”, desaparecem em benefício do “e”. É o resultado da dificuldade para elaborar um pensamento articulado. No nível semântico, constata-se a exclusão dos termos que marcam certas formas de autoridade mesmo leiga. Por exemplo, não sei se é o caso aqui, mas na França de hoje não se diz mais “instrutores”, e sim “acompanhantes do saber”. Em suma, é preciso que os indivíduos possam colocar seu *ego* à frente em qualquer situação, sem o que se sentem dominados, consideram-se dentro de formas que pensam ser autoritárias. Constata-se ainda a priorização de uma forma de discurso e de uma forma de saber fundamentados sobre a astúcia – Marília Amorim, aqui presente, publicou na França um livro excelente sobre a questão. Da mesma forma que no intercâmbio mercantil é preciso ganhar a qualquer custo, na troca discursi-

va é preciso dar a última palavra. É o triunfo dos sofistas, da esfera dos comunicadores e do *storytelling management* [gerência contadora-de-histórias], que corresponde à arte de contar às pessoas histórias que elas querem ouvir.

4. Tais transformações podem atingir uma economia que parece, a priori, contrária a qualquer submissão às leis da economia de mercado: a economia psíquica, com uma saída do enquadramento freudiano clássico da neurose e uma entrada no enquadramento pós-neurótico no qual predominam a perversão, a depressão e o vício. Por que a perversão? Ora, porque simplesmente é a patologia mais adaptada quando se visa, em qualquer circunstância, um jeito de ganhar, já que se trata de dar sempre uma volta no outro, de sempre desconfiar dele ou de fazer dele um meio de sair vencedor. Assistimos também a pulsões de se apossar do outro, a formas sugestivas de ostentação que se manifestam por vezes até nas mais altas esferas do Estado. Quanto à depressão, resumindo, ela remete àquilo que acontece quando os indivíduos não dispõem dos meios da perversão necessária e passam a degenerar ante os próprios olhos. Sabe-se que hoje que a depressão pode atingir 20 a 30% da população. Sabe-se, por outro lado, dos lucros que a indústria farmacêutica auferir com essa patologia. Quanto ao vício [uso abusivo de drogas], é a consequência lógica de um mundo que promete a satisfação pulsional generalizada. É exatamente isso a economia de mercado, uma vez que o mercado é aquele que oferece sempre um produto, um objeto, um serviço, um fantasma, capaz de satisfazer qualquer que seja o apetite.

Para descrever essa propagação de uma economia para outra, lanço mão do conceito de *transdução*, extraído da obra produzida na década de 1960, pelo filósofo Gilbert Simondon. A partir de uma propagação transdutiva, cada região constituída serve de princípio, de modelo e de ponto de partida para a região seguinte, daí que uma modificação pode se estender progressivamente e que uma mutação geral pode se manifestar depois de se propagar gradualmente.

Hoje são, então, todas as nossas economias – aquelas nas quais vivemos – que estão doentes. A consequência é inevitável: nossa geração foi “sacaneada” pelo Mercado e a de nossos filhos está seriamente arriscada a ser mais ainda, se não fizermos uma intervenção – e já dispomos de alguns sinais inquietantes.

Finalizando, eu diria que existem pelo menos dez boas razões de se colocar a questão da do avanço acelerado do novo animal, a que me referi no início, que chegou à civilização e cuja passagem provoca sérias rachaduras sobre o nosso terreno cultural. Explorei, no livro, dez esferas decisivas: a relação con-

sigo mesmo, com o outro (o semelhante), com o Outro (o representante da alteridade radical), com o transcendental, com o político, com o saber, com a Lei, com a Arte, com o inconsciente.

Essa cultura de ilimitação pulsional se faz presente nesses diferentes contextos, sob a forma de mandamentos que são, a meu ver, os dez novos mandamentos da religião liberal que se apoderou do mundo. O primeiro deles, referente à relação consigo mesmo, seria assim formulado: *Aceitarás ser conduzido pelo egoísmo...e farás parte tranquilamente do rebanho dos consumidores!* O que resultaria na destruição do indivíduo, como ser neurótico e crítico. O segundo mandamento se aplica ao nível da relação com o outro: *Utilizarás o outro como um meio para alcançar teus fins!* (Seria uma perfeita inversão da segunda máxima kantiana, já citada, que resulta na destruição de toda *decência comum* na qual não se quer nem infligir nem suportar). O terceiro mandamento corresponde à relação com o Outro: *Poderás venerar todos os ídolos à tua escolha contanto que adores o deus supremo, o Mercado!* (O que resultaria no retorno do religioso e à invenção do puritano perverso). O quarto mandamento, relativo ao transcendental: *Não fabricarás um kantianismo pessoal¹ no intuito de te absteres do arrebanhamento!* (O que resultaria na desconsideração do ideal crítico). O quinto mandamento, em relação à esfera política: *Combaterás todo governo e defenderás a boa governância!* (O que resultaria na destruição do político, depreciado pelo somatório dos interesses privados). O sexto mandamento, relativo ao saber: *Ofenderás todo o mestre em posição de te educar!* (O que resultaria na destruição da produção e da transmissão do saber). O sétimo mandamento, referente à língua: *Ignorarás a gramática e barbarizarás o vocabulário!* (O que resultaria na criação de uma novilíngua). O oitavo mandamento, relativo à lei: *Violarás as leis sem seres apanhado!* (O que resultaria tanto na proliferação do direito e das formalidades quanto na invalidação de toda forma possível de Lei simbólica interiorizada pelos indivíduos). O nono mandamento, em relação à arte: *Arrebrantarás indefinidamente a porta já aberta por Duchamp!* (O que resultaria na transformação da negatividade da arte em uma comédia da subversão, é preciso fazer “como se” a subvertêssemos). O

¹ N. do T.: No original, “Kant-à-soi”, trocadilho com a expressão francesa *quand-à-soi* que, segundo o dicionário *Le Petit Robert*, é a “reserva um pouco orgulhosa de uma pessoa que guarda para si seus sentimentos, dá importância a sua independência e a seu direito de ser ela mesma”. *Acrescentemos ‘rebelde a entrar no rebanho’*. Trecho em itálico extraído da edição brasileira, *O divino mercado* (Rio de Janeiro: Editora Companhia de Freud, 2009, p.103).

décimo mandamento, em relação ao inconsciente: *Libertarás tuas pulsões e buscarás um gozo sem limites!* (O que resultaria na destruição de uma economia do desejo e sua substituição por uma economia do gozo).

O que, então, se começa a perceber, é que o limite, banido de todas as economias humanas, regressa no real. Sabemos a partir de Lacan: « O que é excluído do simbólico reaparece no real. No caso, ele volta duas vezes. A primeira vez quando o real do mercado (a economia real) não segue a economia financeira virtual – é a crise atual. E uma segunda vez quando a ilimitação da produção encontra o real, no caso o real da economia do que é vivo, ou seja, essa economia que engloba todas as demais economias. Ou esta economia é limitada (a terra é redonda, as energias fósseis, a água, o ar são limitados), ou então as economias que ela engloba não podem ser ilimitadas. É provável, então, que exista um erro em algum lugar. E que, talvez, o melhor fosse escapar desse erro o mais rápido possível.